

BiblioJuris - Biblioteconomia e Direito : o uso do *Facebook* na educação continuada

Sônia Neves

Demonstra a necessidade da educação continuada. Ressalta a importância do estudo do Direito para os profissionais de Biblioteconomia. Aponta as vantagens desta interdisciplinaridade. Contextualiza a criação da página *BiblioJuris* na rede social Facebook. Ressalta a importância de uma linguagem clara, direta e menos técnica do Direito para quem não tem formação na área. Cita alguns critérios que devem ser avaliados para o melhor aproveitamento das mídias sociais.

Palavras-chave: Bibliotecário jurídico – educação continuada. Redes sociais – ensino.

BiblioJuris : Law and Librarianship : the Facebook use on continuing education

That paper demonstrates the need for continuing education and emphasizes the importance of the study of Law for professionals in Librarianship. Contextualizes the creation of the webpage *BiblioJuris* in the social network Facebook. It emphasizes the importance of a clear, direct and less technical language of Law for those who do not have training in the area. It cites some criteria that should be evaluated for the best use of social media.

Keywords: Law librarian – continuing education. Social media – teaching.

Bacharel em Biblioteconomia e Direito. Pós-graduada em Direito Civil e Processo Civil. Professora do Curso *BiblioJuris*. Chefe da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

sneves2@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O curso de Biblioteconomia propicia formação genérica aos bacharéis permitindo atuarem em diferentes áreas do conhecimento.

Entretanto, a graduação não é o ponto final da formação profissional. A continuidade nos estudos é essencial para qualquer profissão, arte ou ofício. A dinâmica da tecnologia, da ciência e da própria vida exige uma atualização constante: da mais simples atividade à mais complexa. Além de toda essa dinâmica, novos conhecimentos abrem novos horizontes, amplia o campo de atividades, cria novas oportunidades e melhora a qualificação.

A formação acadêmica do bibliotecário permite o seu exercício profissional; a educação continuada permite que o bibliotecário se mantenha atualizado, apreenda novas técnicas e tecnologias e que conheça novos serviços. (PASSOS, 2017, p. 131).

Estudar deve ser em sentido amplo. Conhecer novas técnicas, novos materiais e novas ferramentas enriquece qualquer atividade. O conhecimento é necessário para a vida, seja pessoal ou profissional.

A importância da educação continuada é inquestionável e ela pode ser feita formal ou informalmente. Estudar ficou mais fácil, não há como negar isso. Os muros já foram derrubados com as novas tecnologias. Todos os dias surgem novos aplicativos novos blogs tratando sobre concursos e capacitação, disponibilização de leis, cursos, provas, sites de questões, grupos de estudos virtuais entre tantas outras ferramentas de educação à distância permitindo atualizações e alcances inimagináveis há alguns anos. Não se prega a obrigatoriedade de uma segunda formação, mas a necessidade de manter-se atualizado e de conhecer melhor a área que atua ou pretende atuar.

Contudo, alguns critérios precisam ser estabelecidos para que não transformemos a Era da Informação em Era do Pouco Conhecimento. A quantidade pode levar à perda da qualidade, à superficialidade, à transitoriedade e à falta de crítica sobre a informação recebida. Por isso critérios de objetividade, seletividade, autoridade e atualidade precisam ser observados no conteúdo disponibilizado. A oferta de material é tão grande e dinâmica que o destinatário passa a ter a sensação que está sempre

“perdendo algo”. Para diminuir esta sensação, superficializa o conhecimento e acredita que assim está informado.

Estudar também exige que a pessoa se conheça. Ela precisa perceber se tem, por exemplo, memória fotográfica ou memória auditiva, se aprende mais fazendo anotações ou se basta apenas leitura do material, se é melhor ler e ouvir ao mesmo tempo, se é melhor aula presencial ou à distância, enfim o método de aprendizagem dependerá de cada um. Obviamente algumas vezes não há escolha seja por falta de tempo ou falta de dinheiro, no entanto deverá sempre ser observado qual a melhor forma de aprendizagem, porque isso é pessoal. Não existe uma receita pronta para passar em um concurso, mas a base será sempre a mesma: material atualizado e treinamento levam à aprovação.

Dentro deste contexto o Direito é um tema bastante explorado por fornecedores de informação no mundo virtual e real. No mundo real – da publicação impressa – é possível utilizar a Bibliografia Brasileira de Direito (BBD) como referência:

Atualmente, a BBD possui 229.006 (duzentos e vinte e nove mil e seis) registros, com crescimento anual médio de 12.600 (doze mil e seiscientos) documentos, considerando os últimos quatro anos (2012-2015). (VIEIRA; JAEGER, 2016, p. 84).

Para o mundo virtual, não existe estatísticas precisas sobre a quantidade de publicações, além disso a facilidade de publicação, os baixos custos e a grande visibilidade estimulam que sejam disponibilizados gratuita ou onerosamente aulas, livros, periódicos, jurisprudência, legislação comentada, entre tantas outras possibilidades.

A informação jurídica está presente no cotidiano de todos, mesmo que não tenham consciência disso.

Desse ponto de vista, o Direito diz respeito a todos nós em cada momento da nossa vida, não somente em termos de consequências de macrofenômenos, mas, também, de modo direto e pessoal: se atingirmos a maioria, se nos casarmos, se tivermos filhos, se iniciarmos uma atividade empresarial, se contrairmos um empréstimo, se dirigirmos um carro em uma estrada, se adoecermos e nos internarmos em um hospital, se fundarmos uma associação, se votarmos, se iniciarmos um procedimento administrativo etc. Em quase todos esses eventos da nossa vida o Direito aparece e se

manifesta materializando-se em algumas normas registradas em um documento (impresso ou eletrônico) ou até mesmo pela voz humana (lembre-se dos artigos do Código Civil que são lidos em algumas cerimônias religiosas ou na prefeitura). (VENTURINI, 2015).

O Direito é uma dessas áreas que exige bons profissionais em organização, indexação e pesquisa, tanto na área pública ou privada. Escritórios de advocacia, empresas de consultoria, pesquisas para a comunidade acadêmica, pessoas físicas e jurídicas e sítios jurídicos são oportunidades que podem ser abertas e aproveitadas pelos Bibliotecários. Sendo assim, é importante conhecer melhor esta Ciência que além de presente no nosso cotidiano, também é comum nos editais de concursos, independente da área. No entanto a linguagem técnica, a produção legislativa, as decisões judiciais e administrativas conflitantes e a enorme produção doutrinária perpassa a ideia de uma área difícil de ser entendida e compreendida por todos.

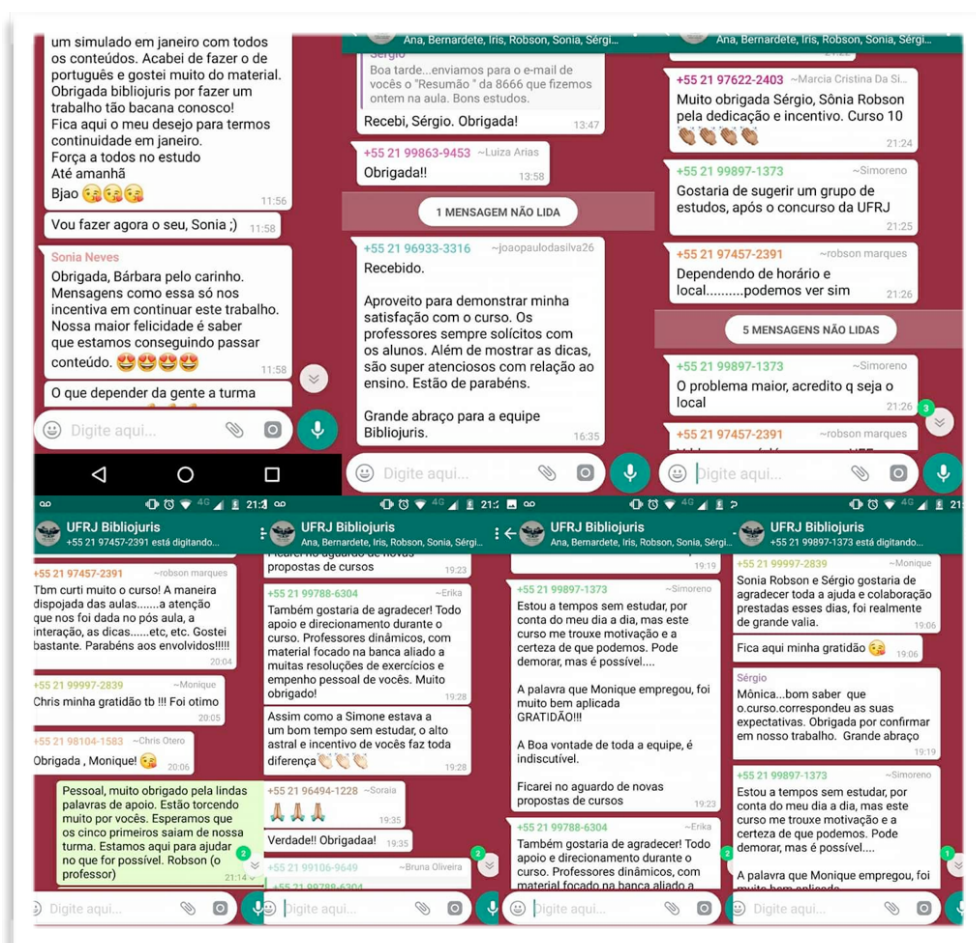
Para aqueles que prestam concurso público, o conhecimento jurídico é uma exigência até mesmo para os cargos que não estão diretamente relacionados ao Direito. Igualmente faz parte da realidade de muitos bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas, sejam em faculdades, nos escritórios jurídicos ou em organizações e instituições privadas ou públicas.

2 BIBLIOJURIS

Apesar da grande oferta de informação jurídica na internet, em 2015 ainda havia falta de serviços e produtos direcionados exclusivamente a bibliotecários jurídicos neófitos e estagiários do curso de Biblioteconomia que atuavam em bibliotecas jurídicas e “não há formação graduada e nem formação pós-graduada específica que habilite o profissional a tornar-se bibliotecário jurídico por assim dizer” (BARROS, 2016).

Para satisfazer essa demanda pelo aprendizado do Direito foi criado um de perfil pessoal, no Facebook, para fornecer dicas de estudo. O retorno positivo foi imediato, pois se verificou a existência de um grupo ávido em entender o vocabulário jurídico, seus institutos e a forma como a legislação é arguida nos concursos públicos.

“Vocês merecem 🍌🍌🍌. Eu sou suspeita para dizer qualquer coisa sobre vocês, mas reforço meu elogio a equipe BiblioJuris pela sua excelência e pelas dicas sempre alta #melhorequipe” (Bárbara [redacted])



Mensagens de apoio ao BiblioJuris e agradecimentos, recebidas por WhatsApp.

Em poucas semanas após a disponibilização do perfil pessoal foi possível perceber suas limitações. O passo seguinte foi a criação de uma página denominada *BiblioJuris* (Biblio – parte etimológica de Biblioteconomia – e Juris que significa Direito em latim). De modo igual, foi possível identificar a aprovação em concurso público como a maior motivação dos seguidores da página.



Em novembro de 2017, *BiblioJuris* contava com 2.494 seguidores. A equipe é formada por sete profissionais de diversas áreas, a saber:

Sônia Neves, graduada em Biblioteconomia e Direito, que obteve aprovação e classificação nos seguintes concursos públicos: magistério no município do Rio de Janeiro; auxiliar de cartório; técnico judiciário; analista judiciário e oficial de justiça, ambos do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; além de técnico superior em Biblioteconomia para Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e Analista judiciário especializado em Biblioteconomia do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Sérgio Pinheiro, formado em Biblioteconomia e Documentação e Especialização em Indexação da Informação e em Inteligência Competitiva. Experiente em concursos públicos com aprovação em primeiro lugar no concurso para Bibliotecário do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) em 2015, Coordenador da Rede de Bibliotecas dos Institutos Federais do Rio de Janeiro.

Robson Dias Martins, mestre em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, especialista em Gestão e Produção Cultural, pela Universidade Estácio de Sá e Bibliotecário formado pela UNI-RIO, responsável pela Biblioteca da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com aprovação primeiro lugar no concurso para o cargo de Bibliotecário do Instituto Nacional do Câncer em 2016. Ambos, ex-alunos e seguidores da página.

Em função da visão interdisciplinar que permeia o projeto *BiblioJuris* uniu-se ao grupo mais três profissionais: **Christiane Meireles**, professora de Português, servidora pública municipal com 26 de experiência na área, graduada em Letras (Português/Literatura Brasileira), pós-graduada em Literatura Portuguesa com Expressão Africana pela UFRJ e Curso de Idiomas pelo CLAC/UFRJ em Espanhol.

Paulo César, professor de raciocínio lógico, graduado em Ciências Contábeis pela UERJ), pós-graduado em Administração Pública, na Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ e aprovado no concurso para Escola de Especialista da Aeronáutica, Academia Militar da Força Aérea, Analista de Planejamento e Orçamento (SEPLAG-ERJ/2008), Analista de Finanças e Controle (PMNI/2009), Agente de Fazenda (SEFAZ-PCRJ/2010), Fiscal de Tributos (PMVR/2012), Analista Tributário (SEFAZ-ERJ/2012), Auditor Fiscal de Tributos (PMSJM/2012), Fiscal de Tributos (PMM/2016) e Auditor Fiscal (ICMS- SEFAZ-ES).

Bruna Meireles, professora de Inglês.

Além da colaboração de **Marcelo Cristóvão da Cunha**, bacharel e licenciado em Biblioteconomia pela UNI-RIO, Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD, por meio do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Fluminense (UFF), aprovado em primeiro lugar, para o cargo de Bibliotecário na Universidade Estadual de Goiás.

A página na rede social Facebook não seguiu nenhum projeto mercadológico, didático ou pedagógico, mas foi se construindo junto com as dúvidas e demandas de seus seguidores. Como por exemplo, a necessidade de se trabalhar motivação, planejamento e organização do estudo

**AUTOCONHECIMENTO E PLANEJAMENTO:
VOCÊ VAI PRECISAR DISSO PARA GARANTIR A
SUA VAGA**

Responda sinceramente:

- 1 – Tanto faz o local do trabalho (universidade, tribunal, agências reguladoras ou executivas, prefeitura, estado ou União, banco, etc.)? Lembre-se que você vai passar a maior parte do tempo neste local...
- 2 – O que mais importa é o salário? (já troquei de concurso para ganhar menos, e fiquei mais feliz)
- 3 – Quanto tempo real você tem para estudar? E você está usando ele adequadamente?
- 4 – Quais são suas maiores dificuldades? As disciplinas? A motivação? Falta de tempo?
- 5 – Que tipo de memória você tem? (a minha é mais fotográfica do que auditiva, então não adiantava ouvir horas de aula se eu não pudesse também ver o material)
- 6 – Qual o melhor horário de estudo? Se puder escolher descubra.
- 7 – Qual o melhor método de estudo? Fazer resumos, sublinhar, usar marcadores de textos
- 8 – Já fez o seu planejamento de estudo? Está sendo fiel a ele?

Lembrem-se de que não existe receita certa. Algumas experiências podem ser compartilhadas, mas cada um tem uma história, uma bagagem, um perfil que nos faz diferentes. Descubra o que é melhor PARA VOCÊ!

MotivAÇÃO

Busque o que te motiva sair da inércia e estudar. Motivação é algo interno e quando descobrimos o que nos move tudo fica mais fácil.

3 BIBLIJURIS: LINGUAGEM

As redes sociais possuem linguagem própria que é objetiva, concreta e contextualizada. Para isso optou-se por uma linguagem clara e exemplificativa. Imagens e vídeos que expliquem um pouco mais sobre esta área se tornaram instrumentos hábeis para a transmissão do conhecimento, além do estudo por meio das questões comentadas e quadros esquematizados para melhor fixação dos conteúdos.

4 BIBLIJURIS: LINHA DE ATUAÇÃO

Para compor a linha de atuação da *BiblioJuris* procurou-se identificar os principais pontos exigidos em cada disciplina nos concursos públicos para os cargos de bibliotecário. A metodologia utilizada foi pesquisar e analisar os editais e provas de

concursos anteriores. Na análise de 58 editais, 36 incluíram Direito no conteúdo programático, destacando-se as Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal) e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos) e artigos da Constituição Federal relacionados aos direitos e garantias fundamentais e à Administração Pública. Razão pela qual há o acesso gratuito na página para que seus seguidores possam acompanhar os assuntos mais cobrados. A análise proporcionou identificar quatro dados: 1) o conhecimento do Direito se tornou uma realidade nos concursos públicos para bibliotecários; 2) os editais demandam cada vez mais conhecimentos jurídicos; e 3) as disciplinas Direito Constitucional, Direito Administrativo e Legislação Profissional são as mais comuns nos concursos; 4) o número de vagas para o cargo de bibliotecário é sempre muito pequeno.

Após a identificação das disciplinas foi possível perceber uma linha de estudo básica que deve nortear cada uma delas. Foram detectados os pontos e a forma como as bancas organizadoras dos certames elaboram as questões.

5 BIBLIJURIS: PRODUTOS E SERVIÇOS

BiblioJuris oferece gratuitamente a seus seguidores alguns produtos e serviços.

5.1 Série Dicas

Um dos produtos da análise dos editais foi a série *Dicas*, publicada no Facebook, em 2015, identificou os principais pontos cobrados nos concursos de Biblioteconomia que incluem nos respectivos editais o Direito. A base foi o conteúdo programático para o concurso da Universidade Federal Fluminense. Cada dica leva em consideração o mínimo que o concursando deve saber, caso não tenha tempo para estudar toda a legislação.

Dica 1 – Em relação ao art. 5º a 17 – Entre estes artigos o mais cobrado é o 5º que trata dos direitos e garantias individuais. Deem especial atenção aos princípios da isonomia (ou igualdade) e da legalidade, além dos remédios constitucionais. No art. 6º, o *caput* traz uma lista de direitos sociais que é para todo mundo, já no art. 7º ele especifica o que cabe aos trabalhadores urbanos e rurais, vale destaque para os incisos IV, VI, X, XII, XXV e XXXII. Lembrem-se que o trabalhador doméstico não possui todos os direitos, conforme está descrito no parágrafo único. Os arts. 8º ao 11 são pouco cobrados. Os arts. 12 e 13 costumam aparecer nos

editais, mas também são pouco cobrados, se tiver tempo aprenda a diferença entre brasileiro nato e naturalizado e os cargos privativos para o primeiro. No art. 14, memorize a idade para os cargos e lembrem-se que o voto é direto e secreto, mas a CF não trata da obrigatoriedade do voto como cláusula pétrea (aquela que não pode ser alterada nem por emenda constitucional). Questão pouco explorada, mas sempre acho que vai ser cobrada são as formas como a soberania popular pode ser exercida: plebiscito, referendo e iniciativa popular. No art. 15 a “pegadinha” mais comum é a questão falar que direitos políticos podem ser cassados. Não pode! O cidadão pode perdê-los ou terem eles suspensos, e mesmo assim somente nos casos descritos no artigo. Jamais vi questão sobre o art. 16. O art. 17 também é pouquíssimo cobrado, e normalmente quando isso ocorre é sobre os aspectos que devem ser resguardados na criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos (a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana)

Dica 2 – Em relação aos arts. 37 a 43/ CF – Sem dúvida o mais cobrado é o art. 37. Este artigo já mostra que a Administração Pública se divide em direta (União, Estados, DF e municípios) e indireta (Autarquias, Fundações, Sociedade de economia mista, empresa pública e associações públicas). Todas elas devem seguir os princípios de Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência (LIMPE). Vale uma leitura com muita atenção neste artigo, com destaque para o inciso XVI (acumulação de cargos), § 4º (penalidades para os atos de improbidade administrativa) e o § 6º (responsabilidade civil do Estado). Os artigos 38 e 39 não são muito explorados pelas bancas, recomendo que estudem eles se tiverem tempo. Já o art. 40 é adorado pelas bancas no que se refere aos critérios para aposentadoria. Se possível façam um quadrinho e tentem memorizar. Houve muitas mudanças na aposentadoria dos servidores, então sempre tem uma novidade que possa ser cobrada. O art. 41 é muito importante e, apesar de “batida” ainda tem banca que faz pegadinha com o prazo do estágio probatório. A CF fala em 3 anos e a Lei 8.112, em 24 meses. A CF é a principal lei de um País, logo o prazo é de 3 anos, exceto se a banca for explícita e te perguntar qual é o prazo de acordo com a Lei 8.112, aí será de 24 meses! Todo o artigo 41 é importante. Até o momento não fiz nenhuma prova que cobrasse os arts. 42 e 43.

5.2 Informações sobre cursos e concursos públicos

O concurseiro – forma coloquial para denominar a pessoa que está prestando concurso público – precisa estar informado sobre os novos concursos. Por isso, *BiblioJuris* divulga os cursos e concursos.



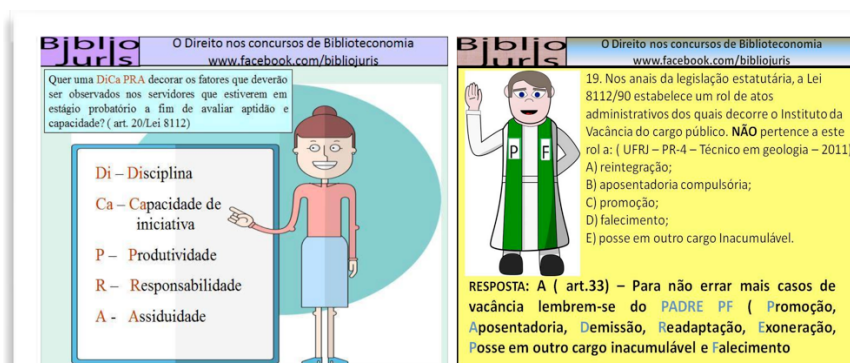
5.3 Esquemas mnemônicos

O cérebro humano tem a capacidade de adquirir novos conhecimentos e retê-los em sua memória. A capacidade de retenção difere de um indivíduo para outro.

É grande a quantidade de informações a serem memorizadas por pessoas que estão se preparando para concurso. Cada pessoa encontra uma forma de fixar o conteúdo aprendido; alguns fazem resumos ou desenhos, outros leem repetidamente. Um artifício criado por professores é criar esquemas mnemônicos.

Usar estratégias mnemônicas na hora do estudo estimula o aprendizado e faz com que o indivíduo guarde aquele conteúdo na memória por mais tempo, seja por três semanas ou para o resto da vida.... (MONZANI, 2012, s.p.).

BiblioJuris oferece esquemas e frases mnemônicas para a fixação do conhecimento jurídico.



5.4 Provas comentadas e simulados

Um dos pilares para fixação do conteúdo estudado defendido pelo *BiblioJuris* é o treinamento. Para isso é disponibilizado aos seus seguidores provas comentadas e simulados para que testem seus conhecimentos através de exercícios e provas. O material reúne questões de uma única prova ou sobre um único assunto com cada opção comentada, indicando sempre a fonte que justifique o gabarito.



7 CONCLUSÃO

A experiência pessoal da autora demonstra que para conseguir a aprovação não basta estudar, é preciso estudar corretamente. Isso significa saber o que e como estudar. Material não falta, tanto no formato digital quanto impresso. O mercado editorial dispõe de uma gama enorme de títulos e excelentes autores que escrevem sobre o tema, no entanto são livros que abordam o Direito de forma abrangente. O que se propõe no *BiblioJuris* é um estudo direcionado, focado nos concursos públicos de forma que possa auxiliar os profissionais sem formação em Direito.

Outra percepção proveniente da experiência é a impossibilidade da aprendizagem sem investimento em material atualizado e em tempo para estudo e treinamento. Portais do governo (Presidência da República: www.planalto.gov.br/legislacao – e Câmara dos Deputados: www2.camara.leg.br) são exemplos de que é possível manter-se atualizado. Além disso o custo de um exemplar da Constituição, por exemplo, não é algo tão caro que se justifique o uso de material desatualizado. Para quem pretende aprovação em concurso público deve saber que a compra de material e cursos de atualização não são gastos, mas investimento. O importante é que

se tenha material onde possa fazer anotações, remissões ou incluir comentários, seja em um documento digital ou impresso.

Não basta ser aprovado, mas ser classificado no número de vagas. O que significa nos melhores concursos ser o primeiro lugar. Para isso quem apresenta o diferencial é aquele candidato que já iniciou os seus estudos antes de qualquer edital, pois não há dúvidas de que algumas disciplinas, não serão novidades em nenhum concurso.

REFERÊNCIAS

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Uma leitura sobre a Biblioteconomia Jurídica no Brasil e em países selecionados: contribuições, particularidades, semelhanças e diferenças. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.3, n.1, p. 182, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/> Acesso em: 19 dez. 2017

MONZANI, Mariana. **Técnicas de memorização ajudam no estudo**: confira 10 dicas para estimular sua memória. UOL Educação, 07 ago. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/07/tecnicas-de-memorizacao-ajudam-na-hora-de-otimizar-o-tempo-dedicado-aos-estudos.htm#fotoNav=4>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

PASSOS, Edilenice. Fragmentos de um retrato: o perfil do bibliotecário jurídico por meio de quatro pesquisas. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.4, n.1, p. 116-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>. Acesso em: 6 nov. 2017.

VENTURINI, Fernando. O Direito para poucos, o Direito para todos: mito e realidade da biblioteca digital jurídica entre profissionais e cidadãos. **Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.2, n.2, p. 112-153, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.

Recebido em: 09/01/2018

Aceito para publicação em: 10/01/2018

Como citar este artigo:

NEVES, Sônia. BiblioJuris – Direito e Biblioteconomia: o uso do Facebook na educação continuada. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.4, n.2, p. 43-54, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.